

“SOCIALISMO DE MERCADO”: UMA NOVA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL. UM MODO DE PRODUÇÃO COMPLEXO

ELIAS JABBOUR*

ALEXIS DANTAS**

RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar que o crescimento do setor estatal na economia chinesa, acelerado desde 2009, abre condições para a possibilidade de o “modelo chinês” se tratar de algo que vai se distanciando – historicamente – de um modelo típico de “capitalismo de Estado”, e mais longe ainda de ser um “capitalismo liberal”. Diante de uma gama de evidências afirmamos que o “socialismo de mercado” já pode ser classificado como uma nova *formação econômico-social* que tem na *complexidade* seu principal atributo, pois implica se tratar de uma formação marcada pela convivência de diferentes *estruturas/formações sociais*. É nesta nova *formação econômico-social* que se assenta o “socialismo de mercado” como um *modo de produção complexo*. Por não se tratar de um *modo de produção puro*, o “socialismo de mercado” deve ser tratado como um fenômeno regido por combinações entre diferentes *modos e relações de produção*. Classificar e expor as lógicas que regem o desenvolvimento do “socialismo de mercado” será objeto de análise neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: China; socialismo; mercado; desenvolvimento; categoria marxista de formação econômico-social,

ABSTRACT

The aim of this paper is to demonstrate that the growth of the state sector in the Chinese economy, accelerated since 2009, opens conditions to conclude that the "Chinese model" is something that is distancing - historically - from a typical model of "state capitalism" and further away from being a "liberal capitalism." Faced with a range of evidence, we affirm that "market socialism" can already be classified as a new socio-economic formation that has its main attribute in complexity, since it implies that it is a formation marked by the coexistence of different social structures / formations. It is in this new socio-economic formation that "market socialism" is founded as a complex mode of production. Because it is not a pure mode of production, "market socialism" must be treated as a phenomenon governed by combinations between different modes and relations of production. Classifying and exposing the laws governing the development of "market socialism" will be the object of analysis in this work.

KEYWORDS: China; socialism; market; development; Marxist category of Socioeconomic Formation

Pondo de parte o primeiro e o último dos modos *fundamentais* de produção, dado que, em ambos o corpo social comanda todos os fatores de produção, nos demais a hegemonia cabe à classe detentora do domínio do fator *objetivamente estratégico*. E é isso o que caracteriza o modo de produção e a formação social que sobre ele se edifica. (Ignacio Rangel, 1978)

É fato curioso que Deng tenha recebido Gorbachev em Pequim na época dos protestos estudantis da Praça da Paz Celestial, no emblemático ano de 1989, quando o russo decretava o fim do século soviético, enquanto Deng estava conduzindo a China à cena mundial do século XXI. A apostasia do socialismo soviético estava sendo corrigida pelo PC Chinês, o verdadeiro "Príncipe moderno" na expressão de A. Gramsci, enquanto o PCUS desaparecia melancolicamente. (Armen Mamigonian, 2017)

Even if it offends our post-communist conventional wisdom, I think we have to begin accepting the notion that Xi Jinping actually believes in Marx and Marxism. (Jude Blanchette, consultora da Crumpton Group, 2018)

1. INTRODUÇÃO

É famosa resposta, da parte de Ignacio Rangel, à crítica feita por Jacob Gorender¹ ao seu “dualismo”². Por seu turno, dentro do escopo da citada resposta, Rangel não omite que sua referência – em relação à categoria marxista de *modo de produção* – seria a sequência por Stálin sugerida, como segue: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo (1938 [2013], p. 18). Tratava-se, segundo o líder soviético, dos chamados cinco *modos de produção fundamentais*. Segundo Rangel, a “dualidade brasileira”, assim como o “modo de produção asiático” não eram modos *fundamentais* de produção, vejamos (Rangel, 1978, p. 73):

(...) dado que pode ser estudado como uma formação complexa, que associa no mesmo modo de produção relações de produção de vária etiologia, isto é, não homogêneas”. (...) estudar esses modos de produção significava captar “a natureza dessas combinações e, se possível, classificá-las e pôr em evidência as leis que governam seu nascimento e desenvolvimento, seu princípio e seu fim.

Desta forma, para Rangel (1978, p. 83):

(...) O Sr. Gorender admite, por certo, que uma mesma formação social pode conter “vários modos de produção” (...), mas parece excluir a possibilidade de que esses múltiplos modos de produção possam coexistir estavelmente (...). Por outro lado, rebela-se contra a sequência histórica dos cinco modos de produção citados. Noutros termos, perde-se o fio de Ariadne da história, que julgávamos haver recebido de Marx, já que os modos de produção não podem ter sua ordem alterada ao acaso,

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) da UERJ. Email: eliasjabbour@terra.com.br;

**Professor Associado, e diretor em exercício, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCEUERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) da UERJ onde também exerce a coordenação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS). Email: alexis.dantas@gmail.com.

¹ Gorender (1978)

² Rangel (1978).

*como que o próprio conceito de modo de produção se torna nebuloso, agora que podemos ir inventando novos modos*³.

É válido questionar qual a relação entre uma polêmica ocorrida em 1978 com um “modelo de desenvolvimento” capaz de explicar o intenso processo de crescimento da China? É fato que o processo de desenvolvimento econômico chinês é um dos fenômenos mais impressionantes do mundo em que vivemos. Vejamos: seu crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 35 anos foi de 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita no período passou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014 (Jabbour e Paula, 2018, p. 14). A nossa questão é buscar a essência do fenômeno em sua *totalidade*, algo mais próximo de se descobrir a *gênese* do processo em detrimento de um “modelo” explicativo em si.

A polêmica não é o “modelo” e sim o fato deste processo ocorrer negando a *deus ex machina* que condiciona o dinamismo econômico à existência de instituições que garantam a primazia da propriedade privada⁴. Ao contrário, sua especificidade está – por exemplo – na existência de um Estado que toma a si mesmo o papel tanto “de empregador de última instância quanto de investidor de primeira instância” (Burlamaqui, 2015, p. 737).

O objetivo deste artigo passa por desenvolver o argumento já trabalhado anteriormente onde demonstramos que (Jabbour e Paula, 2018):

Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990. Em tese, isso significa que a estrutura de propriedade chinesa ainda é muito diferente de outras partes do mundo. Esse processo reflete-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015 (Naughton, 2017, p. 5).

É impactante a tendência crescente de “estatização” sobre a estrutura de propriedade chinesa. Trabalhos recentes⁵ mostram a grande diferenciação entre a estrutura de propriedade chinesa em comparação com outras partes do mundo (grandes conglomerados estatais, empresas de capital

³ Jacob Gorender prometeu uma resposta aos ataques de Ignácio Rangel, mas infelizmente não chegou nunca a produzir tais respostas. Mamigonian (1997, p. 139) afirma: *A defesa que Rangel fez, corajosa e seguidamente, da inflação, recebeu críticas apenas de G. Mantega e P. Sandroni, os quais após as respostas desistiram do debate e Jacob Gorender “criticou” a dualidade e, diante da réplica, prometeu resposta, que nunca aconteceu (...). Rangel foi pioneiro em assinalar as qualidades e defeitos do pensamento cepalino, quando toda a esquerda vivia, nas décadas de 50 e 60, em lua de mel com a CEPAL, mas, quando os ex-cepalinos resolveram renegá-la, usaram a sua crítica, sem apontar o crédito intelectual.*

⁴ O sucesso das Townships and Village Enterprises (TVE`s), baseada em direitos de propriedade de difícil compreensão demonstra que a propriedade privada *per se* não garante dinamismo econômico. Sobre esse debate sobre as TVE`s e os chamados “direito de propriedade”, ler: Harry (2001)..

⁵ Nesse sentido, ainda segundo Piketty et al. (2017, p 4-5), (...) *China has moved a long way toward private property between 1978 and 2015, but the property regime of the country is still very different than in other parts of the world. In most developed countries, the share of public property in national wealth used to around 15-25% in the 1960s-1970s and is now close to 0. (...) China has ceased to be communist, but is not entirely capitalist. In effect, the share of public property in China today is somewhat larger than – though not comparable to – what it was in West during the ‘mixed economy’ regime of the post-World War 2 decades (30% in China’s mixed economy seems to have strengthened since 2008 financial crises, while it has dropped again in rich countries.* Nesta mesma linha de raciocínio indicamos , o recente trabalho de Naughton (2017).

misto, propriedade dividida por ações). Esse processo reflete-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015. Percebe-se, também, na queda do aumento da taxa de investimentos do setor privado (de 34,8% em 2011 para 2,8% em junho de 2016). No mesmo período os investimentos estatais cresceram de 15,2% para 23,5%.

Logo, nosso trabalho buscará demonstrar não somente que o avanço do setor estatal na economia chinesa, acelerado desde 2009, abre condições para concluir que o “modelo chinês” é algo que vai se distanciando – historicamente – de um modelo típico de “capitalismo de Estado”, e mais longe ainda de ser um “capitalismo liberal”. Vamos além: estaríamos (ou, estamos) sendo impelidos a admitir o “socialismo de mercado” não mais como uma mera abstração, e já como uma nova *formação econômico-social* (a partir de agora denominada no artigo como *FES*). A nós esse fenômeno já é fato consumado. Em paralelo, trabalhamos com a hipótese de, como o “modo de produção asiático” e as “dualidades brasileiras”, classificar essa nova *FES* nos marcos de, também, se tratar de um *modo de produção complexo*. A grande tarefa, logo, é descobrir, estudar a natureza da *combinação* que tem no “socialismo de mercado” sua *derivação e as lógicas que governam seu desenvolvimento*.

Além desta introdução, o artigo se divide em outras cinco seções. Na seção 2, apresentamos a categoria marxista de *FES* como o principal elemento de validação teórica que utilizamos tanto no sentido de compreender o fenômeno chinês quanto para demarcar fronteira com as visões hegemônicas reinantes tanto nos debates sobre a natureza do sistema chinês quanto em relação aos postulados pós-modernos. Na seção 3 iniciamos expondo nossa base de interpretação sobre a natureza do socialismo para, em seguida, expor as evidências que sustentam nossa percepção do “socialismo de mercado” como um *modo de produção não fundamental* como consequência de se tratar de um modo de produção assentado sob uma *formação social complexa*, ou seja, uma formação que associa no mesmo *modo de produção relações de produção* de diferentes épocas históricas. Na seção 4 serão expostas as cinco lógicas gerais da formação histórica e de funcionamento da economia chinesa, descrevendo o processo de desenvolvimento do país, no campo da *Economia Política*. Na seção 5 buscaremos justificar a necessidade de se construir uma nova teoria econômica⁶, capaz de desvendar um *processo histórico* onde a economia da *nova FES* está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China. Ao final apresentaremos algumas conclusões.

2. SOBRE O “SOCIALISMO DE MERCADO”: A *EPISTEME* E OS CRITÉRIOS DE VALIDAÇÃO TEÓRICA

O ponto central de nossa discussão não está em responder se a China é, conforme sua constituição e dirigentes, um Estado socialista ou, trata-se – no mais generoso juízo de valor – uma variante *asiática* de *capitalismo de Estado*. Nesse tocante, infelizmente, a hegemonia encontra-se na noção para quem o que ocorre na China é uma “restauração capitalista” sob a forma de um

⁶ Cujo ponto de partida é o *materialismo histórico* de Marx e Engels acrescido de todo acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica.

“capitalismo de Estado com características chinesas”. Não é de se surpreender que um badalado intelectual marxista como David Harvey que não somente alça Deng Xiaoping ao mesmo altar neoliberal de Reagan e Thatcher, ainda “constata” que (Harvey, 1992, p. 121):

A espetacular emergência da China como uma forma econômica global pós-1990 foi uma consequência não intencional do rumo neoliberal no mundo capitalista avançado.

Trata-se de uma observação típica de um esquema pronto, modelar e fotográfico da realidade que guarda muita proximidade com um determinado *relativismo pós-moderno* em detrimento da *objetividade histórica* característica de análises baseadas no *materialismo histórico* (Jabbour, 2012, p. 78). Abrindo necessário parêntese, em verdade, no campo do debate de ideias, situamo-nos no campo oposto ao dos postulados atualmente hegemônicos das ciências sociais – entre eles o *positivismo clássico*, que se expressa sob a forma de certo modismo intelectual *pós-moderno* – *que concebe a teoria social como mera narrativa com propósito moral* (Fernandes, 2000, p. 17). Passam a ser colocadas no centro do processo de construção da subjetividade humana a teoria e a prática do *relativismo* como fio condutor e norte da *teoria do conhecimento* (Jabbour, 2012, p.81).

De nossa parte, contra tanto o modismo intelectual citado quanto a qualquer princípio de “neutralidade” na prática científica, acreditamos que a *objetividade* e, conseqüentemente, a visão de *processo histórico* ainda são os critérios cruciais de validação teórica.

No concreto, dentro dos marcos epistemológicos acima expostos, se admitimos a China, e seu “socialismo de mercado”, como um *modo de produção complexo*, para Harvey serve a relação feita por Marx (e perfeitamente compreendida por um marxista radical da estatura de Ignacio Rangel) entre o desenvolvimento das formações geológicas e o processo de desenvolvimento da sociedade, conforme sugerido em carta enviada a Vera Zasulich datada de 16 de fevereiro de 1881 (Marx, 1881 [1982], p. 118).

A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si, uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade [(la formation archaïque de la société)] nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas [(marquant des époques progressives)]. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica [(forme archaïque)], desconhecida aos tipos antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica [(de transition de la formation archaïque)]

2.1. A categoria marxista de FES como o núcleo basilar de argumentação

Uma tipologia de diagnóstico requer sólidas bases teóricas e conceituais. Logo, nosso principal *elemento de validação teórica* reside em uma categoria pouco compreendida, redundando – assim – em problemas relacionados à questões próprias de validação teórica, por exemplo. Referimo-

nos à categoria de *FES*. O termo “*FES*” é pela primeira vez utilizado nos escritos de Marx no Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1859 [2008], p.48)⁷:

Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana.

Para Sereni (1971, [2013] p. 314), é em Lênin que ocorre uma verdadeira “restauração” do sentido da categoria de *FES*, vejamos:

Trata-se, em suma por parte destes expoentes máximos do “marxismo da II Internacional”, da total incompreensão (quando não, sem mais, do sistemático rechaço) de uma das categorias fundamentais da marxiana concepção materialista da história; e quando se considera o fato de que observações semelhantes poderiam ser repetidas à maioria dos outros expoentes deste mesmo “marxismo da II Internacional” – com as duas únicas e significativas exceções, se não estamos errados, de Antonio Labriola e de Franz Mehring – deixará aparecer melhor a importância central que Lênin dará, desde suas primeiras obras, a esta noção de formação econômico-social, assumindo o valor de uma verdadeira restauração, também neste campo, no da teoria e no da prática do marxismo revolucionário, sem mencionar seu posterior aprofundamento.

Segundo Silva (2009, p. 1), a categoria de *FES* teve em Emilio Sereni a sua mais acabada e rica compreensão, citando a seguinte passagem de Sereni (1971 [2013] p. 316):

(...) a noção (...) se coloca inequivocamente no plano da história, que é (...) o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras) da

⁷ Agradecemos as observações de Sergio Barroso sobre a forma como Marx tratou a categoria de *FES*. Sobre o trecho citado, duas observações. 1) Segundo Sereni (1971 [2013], p. 301): *É verdade que já muito antes deste trabalho, o conceito (se não o termo) de formação econômico-social se encontra na primeira elaboração completa da concepção materialista da história que Marx e Engels nos deixaram no manuscrito de A Ideologia Alemã de 1846. Já aqui, como se pode comprovar facilmente, boa parte do volume I está dedicada a uma rápida passagem através da história mundial, cuja periodização está justamente fundamentada sobre os diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade, isto é, do modo de produção (Weise der Produktion) que caracteriza diferentes épocas(...). Falta, contudo, como havíamos advertido, em A Ideologia Alemã o termo Ökonomische Gesellschaftsformation, e em seu lugar se encontra, por enquanto, somente o de Gesellschaftsform (literalmente “forma de sociedade” ou “forma social”), que logo reaparece nos Grundrisse, como, também antes em muitos outros escritos dos anos entre 1846 e 1857.* 2) Tendemos a concordar com Gabriele e Schettino, segundo eles no “Prefácio” não é perceptível a diferença entre os conceitos de formação econômico-social e o de modo de produção (2012, p.22): *Here, the concepts of SEF and MP are virtually indistinguishable. Yet, room is left for subsequent interpretative approaches that – without undermining the close relationship between the social and the economic spheres which constitutes one of the most fundamental legacies of Marx’s thought – tended to differentiate the two concepts, along lines that are consistent with the respective different meanings of the terms “social” and “production” respectively.*

vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico.

Althusser e Balibar discorrem sobre esta categoria em dois níveis. A primeira é mais próxima de um esboço de construção da uma “teoria do tempo histórico”, como segue (1968 [1970], p. 104)⁸:

Theory of historical time that allows to establish the possibility of a history of the different levels considered in their ‘relative’ autonomy”. (...) the form of historical existence peculiar to a social formation arising from a determinate mode of production

Chegam a uma definição mais clara e coerente da categoria de *FES* como (Althusser e Balibar, 1968 [1970], p. 209):

*Totality of instances articulated on the basis of a determinate mode of production*⁹

Neste tocante, relacionando as observações de Marx, Althusser, Balibar e Sereni acima expostas com a utilização da categoria de *FES* como instrumento de validação teórica, são pertinentes as palavras de Roberts (2017), que em recente artigo, pode-se ler o seguinte:

I think the majority of Marxist political economists agree with mainstream economics in assuming or accepting that China is. However, I am not one of them. China is not capitalist. Commodity production for profit, based on spontaneous market relations, governs capitalism. The rate of profit determines its investment cycles and generates periodic economic crises. This does not apply in China. In China, public ownership of the means of production and state planning remain dominant and the Communist party’s power base is rooted in public ownership.

O fundo das razões que levam a maioria dos marxistas a se igualarem aos economistas vulgares dos nossos tempos (neoclássicos) a assumirem posições baseadas em “modelos estáticos” para quem a China é um país capitalista reside no tratamento *estático*, um “desejo” de classificar e demarcar fenômenos dentro de enquadramentos e categorias aceitas, previamente. Hobsbawn (1985, p. 63) é mais agudo ao afirmar:

[...] o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data de transição da escravidão ao feudalismo [...]. No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII

⁸ Agradecemos ao professor Luiz Eduardo Motta (IFCS-UFRJ) pela indicação desta leitura em Althusser.

⁹ Uma interessante análise do desenvolvimento da categoria de *FES* em Althusser pode ser encontrada em Resch (1992) em especial no capítulo primeiro “Althusser: The Social Formation as a Totality of Instances”. No Brasil Milton Santos é o responsável por introduzir esta categoria no debate e atualmente os mais frutíferos trabalhos baseados na referida categoria tem em Armen Mamigonian o seu núcleo. Além do “Prefácio” de Marx, sobre essa categoria de análise indicamos ler Sereni (1971), Lênin (1894), Santos (1977) e Mamigonian (1996).

É exatamente disso que se trata: trocar o *estático* pelo *dinâmico*. Perceber que na realidade dos *modos de produção* devemos seguir a trilha sugerida por Rangel de perceber que o grau de complexidade de uma sociedade – onde a sua famosa expressão *contemporaneidade do não coetâneo* (Rangel, 1957 [2005], p. 299)¹⁰ é uma regra geral – demanda exercitar a difícil busca apenas do que é essencial, necessário. Para tal, elevar o grau de *abstração* é essencial, algo que vá além da categoria de *modo de produção* tentando encontrar a origem de determinada sociedade. Voltando a Lênin, faz-se mister a utilização de uma categoria capaz de, como Lênin o fez, segundo Sereni (1971, [2013] p. 314):

O que é que a maioria dos “marxistas da II Internacional” havia (...) falseado e que Lênin restaurou, aprofundou e desenvolveu na noção marxiana de formação econômico-social? Os materiais mais válidos para responder a indagação nos são oferecidos pelo próprio Lênin, que desde seus primeiros trabalhos – em seu ensaio Quem são os amigos do povo?, escrito e publicado em 1894 – começa a situar de novo não somente a noção, mas também o termo formação econômico-social no cerne que Marx lhe havia atribuído como expressão de uma categoria fundamental do materialismo histórico. Sublinhou-se (...) esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.

Classificamos a República Popular da China como uma sociedade comandada por uma força política decidida a realizar a transição ao *socialismo*, o que não redunde – de forma alguma – reconhecer a ordem econômica presente como *socialista*. Samir Amin nos lembra muito bem que (2013, p. 35):

Mao described the nature of the revolution carried out in China by its Communist Party as an anti-imperialist/anti-feudal revolution looking toward socialism. Mao never assumed that, after having dealt with imperialism and feudalism, the Chinese people had “constructed” a socialist society. He always characterized this construction as the first phase of the long path to socialism.

Exemplo interessante de análise *totalizante* pode ser percebida na seguinte passagem onde Mamigonian (2008, p.190) percebe no “marxismo de Mao Tsétung” o nível de consequência que pode proporcionar o bom uso das categorias do *materialismo histórico* a uma *formação social complexa*:

Diferentemente do marxismo soviético, herdeiro do marxismo da Europa ocidental, adaptado brilhantemente por Lênin às condições da sociedade russa e à nascente etapa imperialista mundial, o marxismo de Mao, adotando o leninismo, caracterizou-se por uma obsessiva e profunda preocupação pelos destinos da China, que precisava se livrar de qualquer domínio estrangeiro, inclusive do IC¹¹, recuperar sua antiga

¹⁰ Há quem tente explicar a China a descrevendo desde como um grande campo de trabalhos forçados comandado por “capitalistas selvagens” dentro das regras de um determinado “Partido-Estado” até uma tentativa interessante de “economia mista”. A maioria absoluta dos estudos sobre a China que jorram aos milhares nas prateleiras de livrarias não conseguem atentar para o fato de que no real está ocorrendo naquele país a construção de um edifício original, onde surgem e ressurgem elementos e instituições de diferentes épocas históricas. Ratificamos aqui que a única razão desse gigantesco processo em andamento na China é observá-lo como parte da história da civilização humana, não se trata de um milagre; muito menos um acaso.

¹¹ Internacional Comunista.

grandeza e para isso retomar o papel crucial dos camponeses na vida chinesa, como Li Dazhao ensinou aos seus discípulos. (...)

Mamigonian (2008, p. 190) completa seu raciocínio da seguinte forma:

A preocupação com o destino da China permitiu: 1) retirar o IC do comando da revolução chinesa (1935), 2) aliança com o Kuomintang para combater a invasão japonesa (1937-45), tornando o PCCh o principal depositário dos interesses nacionais, 3) a ofensiva militar na guerra civil de 1946-49 contra o Kuomintang, apoiado pelos EUA, 4) a participação decisiva na Guerra da Coreia (1950-53),(...), 5) a ruptura da China em relação aos soviéticos (1960) e, 6) a aproximação dos EUA (1972), que garantiu a reinserção da China na economia mundial, empreendida sob a liderança de Deng Xiaoping nos anos 80

Ao final, voltaremos a este assunto.

3. O “SOCIALISMO DE MERCADO” COMO UMA FORMAÇÃO SOCIAL COMPLEXA

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (Karl Marx, 1859)

A título de informação e demonstração do escopo da proposta deste trabalho que será explorado neste subitem, algumas informações são necessárias:

1) O conceito “economia socialista de mercado” é oficialmente utilizado pelo governo chinês. Em nossa opinião não existe contradição entre o conceito exposto e o que podemos definir como “socialismo”. Abrindo nosso campo de abstração, nos admitimos sermos signatários das primeiras experiências socialistas¹², refutamos o subjetivismo latente em visões que projetam o socialismo como um “retrato em negativo dos aspectos mais nocivos do capitalismo”¹³;

2) Temos a compreensão que o termo “socialismo”, da forma como a empregamos neste trabalho não nos permite grandes margens de manobra para algum nível de “flexibilidade conceitual”. A razão disto é, sem ser simplista, simples: nosso foco é concentrado no que se relaciona exclusivamente ao domínio (conforme Rangel) dos fatores objetivamente *estratégicos*;

3) Logo, partindo do que classificamos como “socialismo” torna-se inadequada, a comparação entre nossa concepção com outros conceitos e valores que o senso comum definem e

¹² Tratar as primeiras experiências socialistas demanda um profundo exercício de visão de *processo histórico*. O seu contrário é a jaula do subjetivismo. Não negamos os erros e equívocos ocorridos. Mas seu legado à luta dos trabalhadores, do apoio político, moral e material aos povos oprimidos são inegáveis. Foi, inclusive, introdutora da questão social na agenda política global. Sobre isso ler Fernandes (2017).

¹³ Segundo Marx (1891 [2012], p. 31), sobre a transição ao socialismo e a permanência do “direito burguês”: *Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista depois de um longo e doloroso parto.*

associam ao socialismo, entre tais as lutas por justiça e igualdade, igualitarismo, planejamento (como um fim em si mesmo), liberdade ou a falta dela etc;

4) A natureza da viabilidade do socialismo nos dias de hoje deve ser mais limitada e menos ambiciosa em comparação à época em que a URSS disputava a vanguarda da humanidade;

5) A nosso juízo é inevitável a persistência a longo prazo de *contradições de múltiplas natureza* nos processos atuais de experiência – e persistência – socialista, principalmente na unidade de análise por nós escolhida (China);

6) Portanto sejamos mais cuidadosos em discutirmos o que é “socialismo” ou “não socialismo” (se país “a” é mais socialista que o país “b”) tendo como fundo preceitos morais, existencialistas, o “bem contra o mal”. Enfim, trocar a sedução exercida pelos juízos morais de valor por visões mais concretas, objetivas, históricas e altamente politizadas;

7) Daí nossa opção pela categoria de *FES* como principal elemento de *episteme*.

Samir Amin e Armen Mamigonian nos ajudam em deixar mais claro que o sinônimo da percepção do “socialismo de mercado” como um *modo de produção não fundamental* é assumir, conforme a proposta de Ignacio Rangel, que estamos tratando a unidade de análise como uma *formação social complexa*. Assim sendo, o “socialismo de mercado” é uma formação que associa no mesmo *modo de produção relações de produção* de diferentes épocas históricas em clara *unidade de contrários*. Não se trata de uma sociedade estruturada no mais alto patamar possível de desenvolvimento humano, ou seja, o socialismo em sua plenitude. Do processo descrito por Amin e Mamigonian até hoje a China percorreu todo um *processo histórico* que tem nas reformas econômicas iniciadas em 1978 um típico processo que combina *continuidade e ruptura*¹⁴.

A questão que se coloca: qual das *estruturas/formações sociais* predomina? A resposta demanda a interposição de outras questões: qual classe e/ou força política detém o controle dos fatores *objetivamente estratégicos* sejam eles *políticos* (a força política representativa da classe social que exerce controle do poder do Estado) ou *econômico* (a *estrutura/formação social* que detém o poder *real* tanto sobre os instrumentos cruciais do processo de acumulação [política de juros, crédito, câmbio e sistema financeiro] quanto na promoção de deslocamento e concentração de seu próprio setor produtivo em indústrias-chave [setores-chave esses que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala] e possibilitando ganhos a partir da geração dos efeitos de encadeamento industrial às demais *estruturas/formações sociais*)? A resposta virá mais abaixo. Mas é sugestiva a seguinte passagem onde, segundo Fan, Morck e Yeung (2011):

The socialist foundation of China's economic system is the unconditional supremacy of the Chinese Communist Party. Consistent with Marxist-Leninist tradition, the Party directs the law. Regulations, laws, and administrative rulings are applied in accordance with current Party policy. Just as a Party position corresponds directly to each key position in government, a Party hierarchy parallels corporate governance in banks, SOEs, listed non-SOEs, hybrid enterprises, joint ventures, and sufficiently

¹⁴ Continuidade no sentido dos rumos e objetivos que levaram o PCCh ao poder em 1949 e ruptura com o método e as formas que desde meados da década de 1950 passaram a prevalecer por todo o corpo social chinês.

large private businesses. Party cells throughout business enterprises constitute parallel internal accountability systems to those established by enterprises themselves, keeping an enterprise's Party Secretary and Party Committee up-to-date and able to provide timely advice to its CEO and board. Imported corporate governance regulations, mandating independent directors and the like essentially ignore Party involvement in enterprise governance.

Por outro lado, existe uma grande diferença entre classificar a China como um país capitalista e reconhecer que o capitalismo, seja ele *privado* ou de *Estado*, existe no país como uma importante – e poderosa – *estrutura/formação social*¹⁵. Além de ter sido reconhecida, legitimada e sustentada por leis e regulamentos (Naughton, 2006, p.2), a ampliação de seu escopo de atividades elevou-se, também, a partir de transferências massivas de ativos estatais ao setor ocorridas entre 1994 e 2000, sobretudo em pequenas e médias empresas estatais (Paula e Jabbour, 2016, p. 19).

Neste sentido a realização da transição em uma *formação social complexa* como a chinesa implica reconhecer que a *unidade de contrários* aludida acima se expressa na convivência das seguintes *estruturas/formações sociais*¹⁶:

1. economia natural de subsistência: é a estrutura que, apesar de estar em franca decomposição, ainda concentra toda a população que vive abaixo da linha da pobreza na China. Sua maioria é composta por populações de minorias étnicas. Seu número absoluto é confuso. O próprio governo anuncia a variações neste número que fica entre 30 e 43 milhões de pessoas¹⁷;

2. pequena produção mercantil: caracterizada pela produção agrícola de pequeno porte (familiar) voltada ao mercado, principalmente nas cidades de porte médio. Porém, é muito comum perceber a existência deste setor na periferia de grandes cidades. Apesar dos avanços em matéria de mecanização da produção agrícola na China, estima-se que 300 milhões de chineses ainda estão ocupados na pequena produção agrícola voltada ao mercado¹⁸;

3. indústria rural privada e/ou coletiva: uma das características fundamentais do processo de desenvolvimento recente chinês está no caráter rural da grande manufatura expandida na década de 1980. As elevações da renda e da produtividade do trabalho agrícola – e o conseqüente aumento da demanda por bens industriais – foi fator de deslocamento de mão de obra sobrando não às grandes cidades litorâneas e sim ao próprio entorno, no chamado *vilarejo* (Jabbour e Dantas, 2017, p.794). O principal exemplo desta dinâmica está inserida na transformação da natureza do emprego no país e sua relação direta com o maior poder de decisão econômica às províncias e às empresas, a liberação da mão de obra excedente da agricultura e o fortalecimento das indústrias de caráter rural conhecidas como *Townships and Village Enterprises* (TVE`s). Atualmente em declínio, teve seu auge entre os anos de 1984-1997 (Jin, 2017, p. 69).

4. capitalismo privado: setor criado, guiado e formado sob as asas do Partido Comunista da China (PCCh). A existência desta *estrutura/formação social* na China é motivo de grandes exageros

¹⁵ Sobre a análise dos principais mecanismos utilizados para concentração de capital e formação de uma classe capitalista doméstica na China, ler Nogueira (2018). Raciocínio semelhante ao de Nogueira, sobre a influência dos capitalistas domésticos chineses, porém sob um ponto de vista de um geógrafo pode ser encontrado em Lim (2014).

¹⁶ Construção amplamente baseada em Lenin ((1921 [1964]).

¹⁷ O plano é eliminar completamente a existência de população vivendo em tais condições até 2020. Vale lembrar, a título de exemplo, que segundo o Banco Mundial a porcentagem da população chinesa vivendo em condições de extrema pobreza caiu de 88% em 1981 para 6,5% em 2012.

¹⁸ 300 million farmers: Agriculture in China. In, *Australian Farmers*, 12 April 2017. Disponível em: <https://farmers.org.au/community/blog/the-sheer-scale-of-agriculture-in-China-12042017.html> Acesso em 10/04/2018.

e equívocos sobre seu poder e papel na economia e sociedade chinesa em geral. As privatizações e a abertura de capital de empresas estatais e coletivas a partir de meados dos anos 1990 foram o primeiro movimento massivo de concentração de capital em mãos privadas na China (Nogueira, 2018, p. 7). Apesar de concentrar grande parcela de riqueza, renda e grande poder de barganha junto ao Estado, não se trata de uma classe capaz suficiente para se tornar “classe dominante” como nos países capitalistas.

5. capitalismo de Estado¹⁹: Trata-se de uma formação com visíveis contornos nas relações de dependência do capitalismo privado com as políticas executadas pelo Estado, por exemplo, como beneficiária dos efeitos de encadeamento gerados pelas corporações estatais, acesso a crédito em bancos estatais etc.

6. socialismo: Formação social que define a própria natureza do Estado Nacional chinês. Tendo o Partido Comunista a força política que controla o Estado, que por sua vez detém o controle dos fatores *objetivamente estratégicos*. Segundo Gabriele (2009, p.17):

State-owned and state-holding enterprises are now less numerous, but much larger, more capital- and knowledge-intensive, more productive and more profitable than in the late 1990s. Contrary to popular belief, especially since the mid-2000s, their performance in terms of efficiency and profitability compares favorably with that of private enterprises. The state-controlled sub-sector constituted by state-holding enterprises, in particular, with at its core the 149 large conglomerates managed by SASAC, is clearly the most advanced component of China's industry and the one where the bulk of in-house R&D activities take place

3.1. Os elementos de mediação entre as diferentes estruturas/formações sociais

O processo de desenvolvimento não ocorre por impulsos, ou raramente ocorre desta forma²⁰. Muito menos se trata de um processo de “desenvolvimento equilibrado” como intentava nos mostrar Rosenstein-Rodan e Nurske em suas famosas e pioneiras obras sobre as *economias externas* e o *crescimento equilibrado*²¹. Ignacio Rangel e Albert Hirschman foram exímios críticos desta concepção. A ambos o processo de desenvolvimento é um processo de saltos não de um ponto de equilíbrio a outro. Ao contrário: a essência do processo de desenvolvimento está justamente no fato de o mesmo ocorrer sob forma de saltos entre pontos de desequilíbrios. Segundo Rangel (1954 [2005], p. 41):

As pessoas podem fazer uma idéia um pouco romântica do desenvolvimento econômico, como se ele fosse uma paraíso de estabilidade, bem-estar e paz. É preciso abandonar desde logo essas ilusões. No Brasil, como em todos os países, o desenvolvimento é um processo doloroso, repleto de privações, conflitos e inquietações. Tais inquietações são, ao que parece, uma matéria-prima do

¹⁹ É muito comum associar a China como uma experiência de “capitalismo de Estado”. Essa associação é consequência da separação entre *política* e *economia* na análise do processo. A nós é uma fase do desenvolvimento capitalista em países onde o Estado exerce grande papel, porém tem como *formação/estrutura* dominante as empresas privadas.

²⁰ Em determinados casos o processo de desenvolvimento pode ocorrer via impulsos. Por exemplo, no sentido de pressionar pela proscrição de formações como a da “economia natural de subsistência” substituída pela própria economia de mercado. Aliás, em Lênin (certamente empregando arranjos de elementos das teorias de Adam Smith) é nítido que a essência do processo de desenvolvimento está no fortalecimento da economia de mercado (e consequente elevação da produtividade do trabalho).

²¹ Sobre a tese do “desenvolvimento equilibrado” ler Rosenstein-Rodan (1943) e Nurske (1953).

desenvolvimento, (...). Uma economia em desenvolvimento não resolve um problema sem criar outro ainda maior. Salta ininterruptamente de um desequilíbrio a outro

O raciocínio acima desenvolvimento cabe perfeitamente ao processo de desenvolvimento em uma *formação social complexa* como já demonstramos mais acima, sobre a China. Diferentes *estruturas e formações econômico-sociais* representando, cada uma delas, um determinado estágio de desenvolvimento da própria humanidade requer a existência de *elementos de mediação* entre as diferentes dinâmicas e respectivas velocidades e movimentos característicos de cada *estrutura/formação social*. São eles:

1. economia natural: em franco processo de decomposição;

2. economia de mercado: onde convive e compete entre si a economia privada de variado tamanho, desde a pequena produção mercantil até a grande produção de escala de tipo capitalista. Porém, diferentemente de outras economias de mercado essencialmente capitalistas, neste *mercado* predomina os grandes conglomerados empresariais e sistema financeiro estatais, que, por sua vez, podem ser consideradas como o *coração* (os 149 conglomerados empresariais estatais) e a *alma* (sistema financeiro estatal) da nova *FES* (“socialismo de mercado”);

3. comércio exterior: sob o socialismo o comércio exterior é uma *instituição pública, planificada e de Estado* (Jabbour e Dantas, 2017, p. 794). É onde predominam *relações de novo tipo* em relação ao comércio exterior de tipo capitalista. Apesar de a China atuar – por intermédio de seu comércio externo – em um campo de domínio capitalista, a competência de seu *planificado contato com o exterior* demonstra que o *socialismo*, ao mesmo tempo em que disputa com o *capitalismo*, tornou-se algo já afirmado com inegável sucesso.

4. A ECONOMIA POLÍTICA DO “SOCIALISMO DE MERCADO”: AS LÓGICAS QUE REGEM SEU MOVIMENTO

Não estamos aqui a negar que a construção teórica que estamos tentando construir é parte de uma crítica ao *etapismo* que vigorou, e ainda exerce influencia, nas elaborações marxistas sobre a transição do *capitalismo* ao *socialismo*. Indicar o “socialismo de mercado” como uma *nova FES* não é somente parte de um esforço de desvendar as lógicas que regem a construção do socialismo em *formações sociais complexas*. Da mesma forma que Rangel via a *dualidade básica* tanto como o principal elemento organizativo de seu pensamento quanto como a *lei fundamental da economia brasileira* (Bielschowsky, 1988 [1996], p. 211).

Esse mesmo raciocínio vale à nossa leitura sobre o “socialismo de mercado”; um esforço para compreender a China e descobrir a *lógica fundamental de seu processo de desenvolvimento*. Temos clareza sobre as leis econômicas e sua não universalidade, buscamos adaptar o *materialismo histórico* às peculiaridades de uma *formação social complexa*, como a chinesa. Engels (1878 [2015], p. 127) resume este aspecto fundamental ao método da Economia Política, como segue:

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas.

Expostas tais indicações e tendo clareza de estarmos tratando de uma *formação social complexa*, o passo agora é extrair as lógicas gerais da formação histórica e de funcionamento da economia chinesa, descrevendo o processo de desenvolvimento do país, no campo da *Economia Política*. O “socialismo de mercado” é, na verdade, a resposta, quase que um “método de análise”, que encontramos a estas e outras questões que vão surgindo. Trata-se de nossa interpretação particular sobre a razão e o significado do desenvolvimento das *forças produtivas* que transcorre na China, cuja contrapartida é o poder político exercido pelo PCCh.

Uma justa questão que se coloca: qual a diferença entre o “socialismo de mercado” e o capitalismo, já que a existência de um largo setor público também pode ocorrer sob o capitalismo? Gabriele e Schettino (2012, p. 32) discorrem com sobre as diferenças entre os dois sistemas, como segue:

The State is endowed with a high degree of direct and indirect control of the means of production, and, as a result, social production relations are different from those prevalent in capitalism. This statement implies that, at a lower level of abstraction, a “market socialist” and a capitalist system differ essentially in two key aspects. The first one is that in a market socialist system the role of the State is both quantitatively larger and qualitatively superior, thereby allowing the public sector as a whole to exert an overall strategic control over the country’s development path, especially in crucial areas such as setting the economy-wide rate of the accumulation and determining the speed and direction of technical progress. The second difference is that in a market socialist system, although capitalists endowed with private ownership rights on some means of production do exist, they are not strong enough to constitute a hegemonic and dominant social class, as it happens in “normal” capitalist countries.

Seguindo semelhante linha de raciocínio, o trabalho de Fan, Morck e Yeung (2011) conclui que:

The studies in this volume reveal that China is not copying free market institutions, but trying something substantially different: Market Socialism with Chinese Characteristics is a genuinely unique system. A host of its formal reforms emulate the institutional forms of a market economy, often in painstaking detail. But its heart remains resolutely socialist: strategically placed SOEs, SOE-controlled pyramidal business groups, and ubiquitous Party cells, Party Secretaries, and Party Committees leave Lenin’s “commanding heights” firmly and exclusively under the control of the Chinese Communist Party (CCP), and consign much of the rest to provincial and local Party cadres

Perceber que na China convivem vários modos históricos de desenvolvimento, nos levou é descobrir como as lógicas dos vários *modos de produção coetâneos* se articulam, auxiliam ou limitam umas às outras. Após 40 anos do início do processo de reforma e abertura na China já é possível perceber ao menos cinco *lógicas de funcionamento*, conforme segue abaixo:

1) Logo, de imediato ao assumirmos que a *formação social* chinesa é uma miríade onde existem diferentes *estruturas/formações* que assentam diferentes *modos de produção* e suas devidas *lógicas de funcionamento*, **devemos assumir, como uma lógica de funcionamento, que tais formações não se limitam a coexistir. Coabitam em conflito e exercem pressão – uma sobre a outra – aberta entre si.**

Por exemplo, a expansão da *economia de mercado* pressiona e impõe a tendência ao desaparecimento da *economia natural de subsistência*; o mesmo ocorre na pressão que a transformação da agricultura em um ramo da indústria exerce sobre a pequena produção mercantil. O mesmo ocorre entre o *setor socialista* da economia e a *capitalista privada*, com a última sendo pressionada diante da tendência de cada vez maior centralização da grande produção industrial nos 149 conglomerados empresariais estatais e o já citado processo de aumento contínuo do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional.

2) A lei do valor não é passiva de superação sob o “socialismo de mercado” visto como parte do início do processo histórico de construção do socialismo²². Acreditamos ser essencial essa observação àqueles, que como nós, guardamos preocupações sobre os limites da planificação econômica em formações sociais onde pedaços de capitalismo privado não somente estão presentes, como também exerce pressão sobre a formação dominante (socialismo)²³;

3) Em um primeiro momento, identificamos (Jabbour e Dantas, 2017) que as reformas econômicas permitiram o surgimento de um largo setor privado ao lado de um preexistente setor estatal. A nós esta coabitação demanda uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia²⁴. Tal diagnóstico avançou demonstrando que **esta contínua reorganização de atividades ocorre mediado pelo surgimento cíclico de instituições que delimitam uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia** (Jabbour e Paula, 2018)²⁵.

4) Existe uma regularidade neste processo cíclico de reorganização de atividades entre os dois setores. O crescimento do setor privado não ocorre em detrimento de uma diminuição do papel do Estado. Existe, no concreto uma recolocação estratégica do Estado. A reação chinesa à crise de 2008 demonstrou que houve um processo de caracterizado pela construção de um Estado que reúne a capacidade tanto para agenciar políticas de *socialização do investimento* quanto de investidor e prestador não prescindiu somente da indução à existência de um setor privado concomitante. Foi além, promovendo deslocamento e concentração de seu próprio setor produtivo em indústrias-chave, que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala. Já o setor privado longe de ser o protagonista do processo, não passa de um setor ancilar das corporações estatais²⁶;

5) É de compreensão geral o comportamento histórico do capitalismo e se há algo que pode ser considerado permanente em uma economia capitalista é que períodos de depressão se alternam com períodos de prosperidade. Historicamente foram sendo construídas alternativas de solução à esta instabilidade cíclica. Indica até que alternativas para solucionar tal instabilidade cíclica foram sendo construídas historicamente. No capitalismo pela via dos gastos públicos e no socialismo o ciclo é

²² A nós o “socialismo de mercado” é sinônimo do que se convencionou chamar de “etapa primária do socialismo”. Escrevemos sobre isso em Jabbour, Dantas e Belmonte (2017).

²³ Sobre os limites da planificação sob o socialismo de mercado, ler Gabriele (2016).

²⁴ Também cabe ao caso chinês a seguinte passagem de Rangel (1985, p. 5): *Em todos os períodos da história (...) a economia sempre teve, ao lado do setor privado, o setor público. De tempos em tempos, a distribuição de atribuições entre esses setores é posta em causa e (...), procedemos a uma redistribuição dessas atribuições entre os dois setores. Isso ajuda a superar a crise e a abrir novo período de desenvolvimento. Ora, não há como supor que essa dialética se tenha esgotado.*

²⁵ Aprofundamos esta constatação em Jabbour e Paula (2018)

²⁶ Interessante notar o fato – que distingue a experiência desenvolvimentista chinesa de outros casos – de o surgimento de novos marcos institucionais não incorrer, ao longo do processo de industrialização, em solução de descontinuidade (Medeiros, 2013, p. 435).

enfrentado a partir do planejamento²⁷ e seus ferramentais e mecanismos. Desta forma, o planejamento – visto como ação humana deliberada em prol da estabilidade – guarda sentido sob forma de uma lógica econômica essencial no “socialismo de mercado”²⁸.

5. UMA NOVA TEORIA PARA ENTENDER A NOVA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL?

Fora da história, a economia se reduz à lógica, à dialética e a uma gnoseologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas. Não existe, pois, economia 'pura' [...]. A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e este muda ininterruptamente. (...) É admitir que o homem varie em seu ser e em sua consciência segundo a realidade geral, social e telúrica em que surge e cresce. (...). Devemos ser avessos à incorporação acrítica seja de modelos importados (marxistas ou não), seja de modismos acadêmicos. O que importa é como conhecer a sociedade concreta se comporta em sua vida econômica (Ignacio Rangel, 1957)

O resultado quase natural da abstração contida neste trabalho pode se resumir da seguinte forma: o “socialismo de mercado” é a nova FES que está se desenhando em nossa época atual. Essa “FES distinta” ou “Moderno Modo de Produção” (Gabrielle & Schettino, 2012) que surge e se desenvolve é resultado de uma decisão política do PCCh de promover as chamadas “Quatro Modernizações”²⁹, inaugurando assim um *processo histórico* caracterizado – por exemplo – por *ciclos de inovações institucionais* que resultaram em aumento *quantitativo* do setor privado e *saltos qualitativos do papel do Estado*. Empiricamente, desde a década de 1990 foram sendo construídas condições institucionais que permitiram um imenso processo de fusões e aquisições no setor estatal resultando no surgimento de 149 conglomerados empresariais estatais.

Outra complexa transição coordenada pelo Estado pode ser percebida na expansão da base monetária – já na década de 1980 –, criando condições de substituição de um sistema de financiamento baseado no orçamento governamental para outro, mais centrado no crédito estatal, não privado.

Em momento anterior discorreremos sobre esse processo, conforme segue (Jabbour e Paula, 2018, p. 18):

A China conseguiu atravessar tanto as avalanches políticas internas do final da década de 1980 quanto as vicissitudes de uma época marcada pelo predomínio de concepções neoliberais na economia construindo instituições que consolidaram opções estratégicas e a superação do “desenvolvimento desigual” e da “tendência à deterioração dos termos de troca”. A construção de um “poderoso Estado socialista”, baseado em imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo, não prescindiu de

²⁷ Segundo Harnecker (2012, p. 243): (...) *without participatory planning there can be no socialism, not only because of the need to end the anarchy of capitalist production, but also because only through mass engagement can society truly appropriate the fruits of its labor. The actors in participatory planning will vary according to different levels of social ownership.*

²⁸ Sobre o planejamento cabem as palavras de Rangel (2005, p. 453): *Essa ciência e essa arte se converteram, desde já, na rainha de todas as artes e de todas as ciências de nosso tempo, porque é graças a elas que o enorme acervo de conhecimento humano acumulado ao longo dos séculos ganha novo sentido, produzindo novos e surpreendentes resultados. E, sobretudo, é graças a elas que a sociedade humana se torna realmente capaz de vontade, habilitando-se a escolher o ritmo e o sentido de sua marcha*

²⁹ Tratam-se da modernização da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional anunciadas por Zhou Enlai em 1974.

controles sobre o fluxo de capitais que capacitaram o Estado a isolar a política monetária dos fluxos de capitais externos, aumentando a margem de manobra para adoção de políticas econômicas autônomas em relação as condições financeiras internacionais. Um mix de políticas monetárias e fiscais flexíveis com políticas industriais e setoriais cirúrgicas e ciclos contínuos de substituição de importações conformou a transformação do país em “fábrica do mundo”.

Se Ignacio Rangel e, conseqüentemente, a epígrafe que abre essa seção estiver correta estamos diante de um *processo histórico* que exige daqueles comprometidos com a ciência voltada à entender e transformar a realidade a construção, a partir da *Economia Política*, de um acervo teórico que nos instrumentalize no sentido de entender essa *nova FES*. Afinal, conforme a epígrafe, *A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e este muda ininterruptamente*. Abrindo parêntese, nesse sentido uma das explicações para a ossificação do marxismo no século passado não teria sido a falta de uma *teoria* para entender qual economia que o *processo histórico* estava desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética?

Sem proselitismos de qualquer tipo confessamos nosso inconformismo com as teorias e interpretações correntes sobre a China³⁰. Não estamos a fechar os olhos às contradições e tensões (imensa desigualdade social e regional, por exemplo) geradas por este processo. A diferença é que enquanto as contradições daquele gigantesco processo são utilizadas como argumento do senso comum, que une a grande maioria dos marxistas aos neoclássicos, que classifica a China como um país capitalista, nós acreditamos que uma das características deste “socialismo de mercado” reside justamente na capacidade que os competentes sucessores de Mao Tsétung têm demonstrado de enfrentar essa gama de contradições. Caso contrário, como explicar quase 40 anos de crescimento ininterrupto? Qual país capitalista do mundo tem a capacidade demonstrada pelo Estado chinês de praticar políticas de “socialização do investimento” em um patamar jamais imaginado pelo próprio Keynes?

O “socialismo de mercado” é um *modo de produção* que está surgindo na China. De forma simplificada seu objetivo é produzir, como é universal em qualquer *modo de produção, valor de uso*³¹. Porém, regulado de forma consciente e racional e que tem no *planejamento* seu principal meio auxiliar. É justamente na possibilidade de planificar a produção que reside uma das diferenças em relação ao capitalismo, onde a produção de valores de uso é regulado pelo mercado através do valor, seja ele explicado pelo *trabalho*, para os *clássicos*, ou pela *utilidade marginal*, para os *neoclássicos*.

5.1. Um mundo em rápida transformação

Essa nova *FES* que assenta o “socialismo de mercado” se desenvolve em um mundo caracterizado pelo cruzamento entre a *financeirização* como dinâmica de acumulação hegemônica e a dificuldade de se encontrar uma saída da grande crise do sistema iniciada em 2007-2008 criando uma situação de cada vez maior contestação à ordem criada pós-fim do Acordo de Bretton Woods. A ordem unipolar surgida com o fim da Guerra Fria – na qual o vértice do poder mundial são os Estados Unidos – também entra num processo de declínio tendendo à multipolarização. Tal situação

³⁰ E estendemos essa inquietação às interpretações correntes sobre o Brasil e o mundo.

³¹ O “fazer ciência” não demanda, necessariamente, abrir mão de juízos de valor de qualquer espécie. Sabemos que a noção de utilidade é passiva de preconceitos e carregada de juízos de valor. Mas da mesma forma que temos consciência de estarmos utilizando uma noção desta tipologia, sabemos que o socialismo é o devir esperado e construído *historicamente*.

vem plasmando um sistema de poder mundial em transição, com o advento de novos polos de poder que surgem da periferia do sistema internacional, fora do centro capitalista-imperialista mundial. Ainda no campo da análise geopolítica, Rabelo (2017) chama a atenção à existência de uma ordem onde o “velho” ainda guarda hegemonia e força:

Nesse quadro de profundas alterações na ordem mundial – com a dominância neoliberal e novas formas de submissão neocolonial –, a ação imperialista, com seus empreendimentos combinados, impõe um poderoso domínio estrutural que os países da periferia do sistema mundial não conseguem atingir e muito menos suplantar. Mesmo o ciclo progressista na América Latina, iniciado em fins de 1990, não tem ameaçado esse domínio estrutural.

Transformações revolucionárias estão ocorrendo no campo da esfera produtiva com o processo de espraiamento/surgimento de novos paradigmas tecnológicos, processo este comumente chamado de 4ª Revolução Industrial, criando um novo padrão de manufatura com impactos sobre o mundo ainda inimagináveis³². Segundo Coutinho (2018):

A indústria do futuro fará parte dessa imensa rede digital global em processo de formação. A automação industrial será articulada pela internet englobando todas as cadeias produtivas desde o suprimento de matérias-primas, insumos, partes e subconjuntos, passando pelos processos de manufatura, distribuição, comercialização e chegando até os consumidores. A possibilidade de virtualizar, on-line ou em tempo real, o funcionamento de cadeias inteiras, através de sistemas avançados de computação, permitirá otimizar significativamente a eficiência e a produtividade. (...). Este novo padrão de manufatura conectada e inteligente também usufruirá de notáveis avanços na robótica e na chamada manufatura aditiva (impressão em 3D). As máquinas, equipamentos, robots, impressoras 3D ganharão capacidades cognitivas próprias, com base nos avanços da Inteligência Artificial (IA). Com efeito, a digitalização conectada das redes de produção propiciará a acumulação de dados em grande escala (a chamada Big Data).

Desta forma, estamos diante de um *processo histórico* onde a economia da nova FES está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à *planificação*) e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China.

5.2. Ponto de partida e interessantes aproximações

Está evidenciado que estamos vivendo um momento de rápidas transformações no mundo. Transformações suficientes para afirmarmos que a junção entre o “socialismo de mercado” com as profundas mudanças na esfera da produção nos demanda a construção de uma nova teoria econômica cujo objetivo seria o de entender esse grau de complexidade que marca a era em que vivemos.

O ponto de partida é o *materialismo histórico* de Marx e Engels acrescido de todo acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica, desde os clássicos da Economia Política (Smith e Ricardo), passando pelo institucionalismo de Veblen, os “pioneiros do desenvolvimento” (Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Alexander

³² Sobre as consequências deste processo de transformação no campo da tecnologia, ler Coutinho (2018).

Gerschenkron etc) pelas contribuições de dois economistas burgueses nada vulgares (Keynes e Schumpeter). Não se trata de uma, como pode parecer, construção teórica de tipo eclética. Trata-se de um reconhecimento da *historicidade das leis da ciência*³³. Ou seja, o avesso ao dogmatismo. Uma postura de mente aberta a diferentes abordagens criadas ao longo do tempo. Ou, conforme Hansen (1953, p. 3):

It is safe to say that any economic doctrine long accepted by any considerable group of competent economists was never wholly without merit. Though later discarded, such doctrines often afforded as a first approximation significant insights into the functioning of the economic system.

A unidade de análise é o processo em curso na China. A construção de uma teoria em consonância com as especificidades de uma *formação social complexa* nos impõe a necessidade de flexibilidade intelectual sob forma de uma apropriação particular das teorias que por serem históricas definem o comportamento da realidade em certas circunstâncias e valem apenas enquanto elas perdurarem (Rangel, 1957 [2005], p. 287). Não existe, portanto, “economia pura” baseada em leis universais aplicáveis somente ao tratamento de certos tipos de fenômenos, conforme Marshall (1885, p. 129):

But, while attributing this high and transcendent universality to the central scheme of economic reasoning, we may not assign any universality to economic dogmas. For that part of economic doctrine, which alone can claim universality, has no dogmas. It is not a body of concrete truth, but an engine for the Discovery of concrete truth, similar to, say, the theory of mechanics.

Em artigo publicado na Monthly Review, nos chamou a atenção a seguinte referência (Enfun e Xiaoqin 2017):

President Xi Jinping has emphasized the need to uphold and develop a Marxian political economy for the twenty-first century, adapted to China’s needs and resources. The bulletin of a conference on China’s economy of the Communist Party central committee, held in December 2015, accordingly stressed the importance of eight major principles of “socialist political economy with Chinese characteristics.”

No mesmo artigo, uma linha auxiliar de raciocínio nos oferece os autores ao proporem questão semelhante à nossa e indo além: sugerindo que o sucesso chinês é derivado de avanços teóricos em matéria de Economia Política surgidos na própria China:

*China’s rapid economic development in recent years is often characterized as “miraculous”. Talk of a “Beijing Consensus” or “China model” has become commonplace in academic debates. But as we have written elsewhere, “theoretical problems have started to emerge with regards to the very existence, content, and prospects of the China model.” **The key question, then, is what kind of economic theory and strategy underpin this “miracle.** China’s model has been variously*

³³ Em Rangel, essa *historicidade das leis da ciência* é encerrado numa visão da ciência econômica como matéria histórica, consequentemente, sensível a um duplo processo evolutivo. Em suas palavras (Rangel, [1956] 2005, p. 204): *A economia é uma ciência histórica por excelência – qualidade que partilha das outras ciências sociais. Quer isso dizer que está submetida a um duplo processo evolutivo: o fenomenal e o nomenal. E quer dizer também que, ao contrário das ciências da natureza, especialmente as da natureza não viva, não pode ser estudada senão nesse duplo contexto. consequentemente, sensível a um duplo processo evolutivo.*

*described as a form of neoliberalism, or as a novel kind of Keynesianism. Against these positions, we hold that the country's major recent developmental gains are the achievements of theoretical advances in political economy, originating in China itself, while the main problems that have accompanied China's development reflect the damaging influence of Western neoliberalism*³⁴.

Ao negarem tanto o neoliberalismo quanto um keynesianismo de “novo tipo” como teorias insuficientes para explicar o “modelo chinês”, os autores demonstram uma rara visão *historicista*. O neoliberalismo não passa de ideologia associada a teorias econômicas e políticas aparentemente científicas (Bresser Pereira, 2009, p. 3). O “modelo” chinês é sua antítese. Por outro lado, o keynesianismo³⁵ é essencial para a compreensão do desenvolvimento na China na medida em que demonstra ser possível e necessária a complementaridade entre o Estado e o mercado e, em muitos casos, essa complementaridade tende a escapar por injunções políticas e conjunturais com o Estado se transformando em um substituto do setor privado e do próprio mercado.

É válido afirmar que a China é demonstração empírica das palavras de Henderson (1951, p. 234), para quem o Estado encamparia o papel de “empreendedor em chefe”³⁶. Já, o limite da análise de tipo keynesiana está na excessiva ênfase ao papel da *poupança* e do *investimento* como variáveis-chave para explicar o caso chinês, em detrimento – por exemplo – do papel da *produtividade do trabalho*³⁷. Não percebem um atributo essencial do “modelo”: uma economia, mediada pelo planejamento, cuja espinha dorsal são empresas de propriedade estatal a ação da *lei do valor* é distorcida. Ao reduzirem o objeto da economia a análise de uma sociedade formada por *produtores* e *consumidores* – logo deslocando o papel da *luta de classes* que permeia todo o processo de produção – tanto os neoclássicos quanto os keynesianos ignoram a contradição existente entre a *produtividade do trabalho* e a *lei do valor*.

5.3. Sobre o socialismo: enfrentar o senso comum e a “dialética de Saturno”

Não é difícil perceber que o senso comum projetou, com sucesso, uma versão da China como um país capitalista. Afora os juízos pejorativos de valor amplificados pela grande mídia, retrato tragicômico dos interesses do *imperialismo*. Temos plena clareza da pouca aderência que a nossa visão daquele processo suscita. Algumas considerações são importantes.

Sabemos não ser uma tarefa fácil propor a construção de uma teoria como subsidio capaz de explicar esse “socialismo de mercado” envolto, e parte principal, em um mundo em plena transformação. E que tem no núcleo desta transformação uma *FES* de novo tipo, *socializante*, cujo país-sede está muito próximo de se transformar no líder de um novo centro do sistema que transita

³⁴ Ênfases nossas.

³⁵ Segundo Ross (2015), *The Chinese model of development, 'socialism with Chinese characteristics', is in reality a radical version of Keynesianism*

³⁶ Ainda sobre Keynes, os caminhos do capitalismo criou uma grande contradição, conforme Ross (2010): *It is an irony. Keynes explicitly put forward his theories to save capitalism. But the structure of the US and European economies has made it impossible to implement Keynes's policies even when confronted with the most severe recession since the Great Depression. The anti-crisis measures of China's 'socialist market economy' are far closer to those Keynes foresaw than any capitalist economy. Whereas in the US, for example, fixed investment fell by over twenty five per cent during the financial crisis in China urban fixed investment rose by over thirty per cent. Consequently, there is no mystery why China's economy has grown by 41.4 per cent in the four years since the peak of the last US business cycle, in the 4th quarter of 2007, while the US economy has grown by 0.7 per cent.*

³⁷ Na análise marxista a *produtividade* é o fator central ao crescimento econômico. Sobre a centralidade do fator *produtividade* Khuong (2014) faz uma interessante análise comparativa entre os países da Ásia, em especial a China.

do Atlântico Norte ao Leste Asiático. Sendo claros: o país de terceiro maior tamanho territorial e, também, o mais populoso do mundo e que advoga o caráter *socialista* de sua experiência está passando a dar as cartas no sistema mundial. Voltemos assim à polêmica sobre o socialismo chinês, polêmica esta que tende a se estender ao longo, pelo menos, da próxima década. O déficit de visão de *processo histórico* é parte do problema. Neste sentido, bom lembrar a seguinte passagem de Mamigonian (2001, p. 7):

Assim como a transição feudalismo-capitalismo durou séculos, (...), igualmente a transição capitalismo-socialismo está se fazendo ao longo de séculos. Os germes do capitalismo nas cidades italianas e flamencas (séculos XIII e XIV) não foram suficientes e só muito mais tarde as relações capitalistas de produção na Inglaterra tiveram forças suficientes para romper a carapaça feudal (Revolução puritana) (...). Ora, quando Marx e Engels imaginaram a vitória da revolução simultaneamente na Inglaterra, França e Alemanha, criando um núcleo socialista mundial ao redor do qual poderiam girar e se incorporar os demais países (inclusive a Rússia, com sua base agrária igualitarista), estavam se baseando nas revoluções de 1848 que agitaram a Europa (...). Mas a realidade mostrou-se diferente, pois quando da conjuntura revolucionária mundial de 1917-1923, somente na Rússia a revolução saiu-se vitoriosa, em parte graças às ideias de Lênin, que conseguiram impulsionar para frente o pensamento marxista radical.

Sobre a temática da construção do socialismo, segundo Mamigonian (2001, p. 8)

Ora, a ausência de revolução nos países centrais e a vitória revolucionária em países atrasados como a Rússia (1917), Vietnã (1945), a Iugoslávia (1945), a China (1949), Cuba (1959) colocou a questão da “construção” do socialismo, já que nesses países não existiam as mínimas bases materiais para relações de produção socialistas. As revoluções socialistas vitoriosas tiveram que assumir muitas tarefas complexas, no lugar de simplesmente implantar relações socialistas de produção (...). Criou-se um sistema semelhante à Inovação Meiji (1868), quando senhores feudais tomaram o poder, criaram um Estado capitalista, dissolveram as relações feudais e implementaram de cima para baixo relações capitalistas de produção. (...)

Mamigonian (2001, p. 9) complementa seu raciocínio da seguinte forma:

Entre essas tarefas esteve a luta pela sobrevivência da revolução durante muitos anos, como a preparação do Exército Vermelho para enfrentar a Alemanha nazista ou a guerra civil de décadas na China para derrotar os senhores feudais e o imperialismo e nos dois casos realizar paralelamente tarefas da revolução burguesa (reforma agrária), que nem Kerensky e nem Chiang Kaishek conseguiram implantar. Assim, incidem em ilusões ahistóricas os marxistas moderados de hoje (radicais de ontem) que preferem a posteriori os mencheviques aos bolcheviques.

Desde seu surgimento já eram visíveis as diferenças de opinião e, de concepção, sobre a natureza do socialismo. Desde Lassale (pela “direita”), Blanqui (“esquerda”) e Marx, cuja visão de conjunto o levou a adotar sempre posições mais centristas. Ora, não é de se imaginar que o mesmo ocorre quando o assunto é a China. E foi frequente com relação à União Soviética. Como explicar essas divisões? Segundo Losurdo (2010, p. 47):

A dialética com base na qual “Saturno devora seus filhos” não é certamente uma característica da exclusiva da Revolução de Outubro: a unidade coral que preside a derrubada de um regime antigo agora malquisto pela a maioria da população inevitavelmente se racha ou se dispersa no momento em que se trata de decidir sobre a nova ordem a estabelecer. Isso vale também para as Revoluções inglesa e estadunidense.

O socialismo levanta expectativas de tipo messiânicas. Eis a fonte por onde age de forma violenta a “dialética de Saturno”. Não é incomum relacionar o socialismo como a expressão de uma sociedade onde a contradição desaparece levando consigo as desigualdades sociais, a economia monetária, as fronteiras entre o “meu” e o “seu”. Sobre a China, o “socialismo de mercado” dentro de uma visão talmúdica é sinônimo de “traição” aos princípios do marxismo. Nesse caso, a “dialética de Saturno” se expressa na confusão entre os que percebem a *economia de mercado* como uma *categoria histórica* e aqueles que colocam um sinal de igualdade entre *mercado* e *capitalismo*. O igualitarismo muito comum no movimento comunista leva à redução de Marx a de mais um pensador da “questão social” ou, no máximo, um *ricardiano* menor.

Um parêntese faz-se necessário. Entre as razões do veredicto quase unânime do “capitalismo chinês” está na incapacidade da comunidade dita “acadêmica” de se diferenciar do senso comum (neste sentido o “senso comum” são ideias-força criadas no Atlântico Norte), recorrendo a narrativas com forte apelo na *forma* e frágil no *conteúdo*. “Denunciar”, com “belas e fortes palavras” as imensas desigualdades sociais na China guarda forte apelo. Por outro lado, poucos são comprometidos – por exemplo – em entender o grau de *planificação de nível superior* anexo na transferência de 200 milhões de camponeses do campo às cidades; um verdadeiro processo de desenvolvimento da *divisão social do trabalho* caracterizado pela incorporação da agricultura – com crescente elevação da composição orgânica do capital – pela indústria³⁸.

Retornando, já no “Manifesto Comunista”, nos lembra Marx e Engels que: *Nada é mais fácil do que recobrir o ascetismo cristão com um verniz socialista*. Noções igualitaristas devem ser enfrentadas nesta tarefa de construção de uma nova teoria a que propomos. Neste sentido a seguinte passagem de Losurdo é interessante e guarda essencialidade (Losurdo, 2010, p. 57-58):

Na Fenomenologia do Espírito, Hegel coloca em evidência a aporia contida na ideia de igualdade material que está no fundamento da reivindicação da “comunhão de bens”. Quando se põe em prática uma satisfação igual das necessidades diferentes dos indivíduos, é claro que se verifica uma desigualdade em relação à “quota de participação”, ou seja, à distribuição dos bens; se, porém, se faz uma “distribuição igual” dos bens, então é claro que se torna desigual nos indivíduos a “satisfação das necessidades” (sempre diferentes).

É evidente, portanto a impossibilidade da “promessa” de igualdade material contida na noção de “comunhão de bens”. Losurdo dá consequência a este raciocínio conforme segue (2010, p. 58):

Marx, que conhecia muito bem a Fenomenologia, resolve a dificuldade correspondente (na Crítica ao Programa de Gotha) os dois modos diferentes de

³⁸ Alguns exemplos são interessantes. Pesquisa recente (no prelo à publicação) encabeçada pelo professor do Departamento de Geociências da UFSC, Carlos José Espíndola, demonstra que a produção de carne suína passou (em mil toneladas) de 22.808 em 1990 para 52.990 em 2016. No mesmo período a produção de carne de frango saltou de 2.427 para 12.300, a carne bovina de 1.256 para 7.000. A produção do farelo de soja cresceu 229,3% entre 1990 e 2016. Exemplos desta evolução se multiplicam na China.

declinar a “igualdade” (que é sempre parcial e limitada) a dois estados diferentes de desenvolvimento da sociedade pós-capitalista: no estágio socialista, a distribuição segundo um “direito igual”, ou seja, retribuindo com medida igual o trabalho fornecido por cada cidadão singular e sempre mais diferente, produz uma evidente desigualdade na retribuição e na renda; nesse sentido o “direito igual” não é outra coisa senão o “direito da desigualdade”. No estágio comunista, a satisfação igual das diferentes necessidades comporta também uma desigualdade na distribuição dos recursos, só que o enorme desenvolvimento das forças produtivas, satisfazendo igualmente as necessidades de todos, torna tal desigualdade sem importância.

Duas consequências podemos extrair das passagens acima expostas: **1) no socialismo, a igualdade material não é possível e 2) no comunismo esta “igualdade material” não tem sentido. Daí a ênfase dos fundadores do socialismo científico do comprometimento dos trabalhadores com o desenvolvimento das forças produtivas.** Coincidentemente, segundo o presidente chinês Xi Jinping (2017):

*Compreendendo firmemente esta condição nacional básica de que a China se encontra na fase inicial do socialismo, baseando-se solidamente nesta maior realidade e persistindo com firmeza na linha fundamental do Partido – linha vital do Partido e do Estado e linha de bem-estar de todo o povo, todo o Partido deve dirigir e unir o povo de todas as etnias do país, manter a construção econômica como tarefa central. (...). **Emancipar e desenvolver as forças produtivas sociais constitui uma exigência inerente ao socialismo**³⁹.*

Como forma de síntese do que discutimos sobre o socialismo, encerramos esta seção com as seguintes observações de Marx e Engels, (1848 [1998], p. 56):

*O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e **para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas**⁴⁰.*

6. CONCLUSÕES

Em primeiro lugar uma advertência: este artigo é apenas parte do início de um esforço voltado não somente para compreender as razões do sucesso do “modelo” chinês. É também parte de uma observação recente nossa que relaciona o processo de reestatização do sistema produtivo chinês como uma consequência da *última onda de inovações institucionais* ocorrida no final de década de 1990, concomitante ao processo de fusões e aquisições no setor estatal da economia cuja síntese são os 149 conglomerados empresariais estatais situados nos setores estratégicos da economia. A crise de 2009, e a resposta chinesa, não deixou dúvidas sobre os novos patamares de ação do Estado na economia.

Ao elevarmos o campo de abstração, tais evidências abriram a nós a possibilidade de estarmos diante do surgimento, na China, de uma nova *FES*, um *modo de produção complexo* que denominamos como “socialismo de mercado”. A homenagem a Ignacio Rangel e Armen

³⁹ Ênfases nossas.

⁴⁰ Idém

Mamigonian assim se justifica. Mamigonian continua a saga de Rangel caracterizada pela busca constante das possibilidades de combinações entre diferentes *modos de produção*. Ambos marxistas cuja radicalidade se expressa na utilização da categoria marxista de *FES* tirando todas as consequências que esta categoria proporciona.

Tentamos ao máximo tirar proveito dos conselhos de Rangel. Não somente seus conselhos. Foi fonte de inspiração e coragem de exercitar a *abstração* como um ato de superar e reduzir a chamada *matéria sensível* como um simples fenômeno e antessala ao *essencial* que se manifesta no *conceito*, ao “socialismo de mercado”, em nosso caso. Rangel se apresenta nos convencendo a possibilidade de combinações de diferentes *modos de produção* assentados em uma mesma *formação social*, gerando *modos de produção complexos*. Assim sendo, a nós o “socialismo de mercado” – assim como o modo de produção asiático e as dualidades brasileiras são fenômenos de etiologia idêntica – trata-se de um *modo de produção complexo*. Nosso esforço passou a ser o de identificar a natureza deste fenômeno e esboçar as **cinco lógicas gerais de seu funcionamento**.

Ao final, tendo em vista o surgimento de um novo *modo de produção*, propomos a necessidade de se construir uma teoria que nos capacite a compreender esse *processo histórico* onde a economia da *nova FES* está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à *planificação*) e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China. Expomos possibilidades de combinações teóricas e possíveis aproximações. Terminamos o artigo ao mesmo tempo expondo e se posicionando sobre as *feridas abertas* (sob forma de uma “dialética de Saturno”) pelas discussões sobre o socialismo, sua natureza e a China.

Abrimos uma estrada. Uma longa estrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER L.; BALIBAR, E.: *Reading Capital*. Translated by Ben Brewster. Paris: NLB, 1970.

AMIN, S.: China 2013. *Monthly Review*, v. 64, n.10 8, p. 15-27, March 2013.

BIELSHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L.: Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*. N. 23 (66), p. 1-17, 2009.

BURLAMAQUI, L. Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach. *Brazilian Review of Political Economy*, v. 4, n. 141, p. 728-744, 2015

COUTINHO, L.: A 4ª Revolução industrial: criativa ou disruptiva para o Brasil? *Princípios*. N. 150, p.30-38, 2018.

ENFU, C; XIAOQIN, D.: A Theory of China's 'Miracle'. *Monthly Review*, v. 68, n 8, p. 12-23, January 2017.

ENGELS, F.: *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, (1878 [2015]).

FAN, J; MORCK, B; YEUNG, B.: Capitalizing China. *NBER Working Paper*, n.17687, Dec. 2011.

FERNANDES, L.: *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

- FERNANDES, L.: *A revolução bipolar*. São Paulo: Anita Garibaldi/Editora PUC-Rio, 2017.
- GABRIELLE, A.: The Role of the State in China's Industrial Development: a Reassessment. *MPRA Paper No. 14551*, 2009.
- GABRIELLE, A.; SCHETTINO, F.: Market socialism as a distinct socioeconomic formation internal to the modern mode of production. *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, v. 5, n. 2, p. 20-50, 2012.
- GABRIELLE, A.: Lessons from enterprise reforms in China and Vietnam. *MPRA Paper No. 71026*, 2016.
- GORENDER, J.: *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática. 1978.
- HANSEN, A.: *A Guide to Keynes*. Cambridge: McGraw-Hill, 1953.
- HARNECKER, M.: Question 5: Social and Long-Term Planning? *Science & Society* 76, no. 2, p. 243–266, 2012.
- HARRY, W.: Property Rights and Legal Reform in Township and Village Enterprises in China. *Asian-Pacific Law & Policy Journal*. Vol. 1, Issue 2, p. 229-258, Winter 2001.
- HARVEY, D.: *Condição pós-moderna*. São Paulo:Loyola, 1992.
- HENDERSON, H. D. “Note on the problem of maintaining full employment”. In: HENDERSON, H. D. *The inter-war years and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1951.
- HOBSBAWM, E.: “Introdução”. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia, revista por Alexandre Addor. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- JABBOUR, E.: *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012.
- JABBOUR E.; DANTAS, A.: The political economy of reforms and the present Chinese Transition. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.
- JABBOUR, E; DANTAS, A; BELMONTE, A.: “Ciclos econômicos, desenvolvimento e mercado: anotações sobre o socialismo e a ‘etapa primária’”. In: BERTOLINO, O; MONTEIRO, A.: (Org.). *100 anos da Revolução Russa: legados e lições*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.
- JABBOUR, E.; PAULA, L. F.: A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.
- JIN, C.: *An Economic Analysis of the Rise and Decline of Chinese Township and Village Enterprises*. New York: Palgrave, 2017.
- JINPING, X.: Garantir uma vitória decisiva na construção de uma sociedade moderadamente próspera e nos esforçarmos para o grande sucesso do socialismo com características chinesas para uma nova era. *Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China*. 18/10/2017. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48290/leia+integra+do+discurso+de+xi+jinping+na+abertura+do+19+congresso+do+partido+comunista+da+china.shtml>. Acesso a 13/05/2018.
- KHOO, H.: Examining Xi Jinping's speech on the method of Karl Marx. *China.org.cn*, 27/06/2016. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2016-06/27/content_38751141.htm. Acesso em 12/05/2017.
- KHUONG, V.: *The Dynamics of Economic Growth: Policy Insights from Comparative Analyses in Asia*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.
- LENIN, V.: “¿Quiénes son los ‘amigos del pueblo’ y cómo luchan contra los socialdemócratas?”. In, LENIN, V. *Obras Escogidas*. Moscú. Editoria Progreso. V. 1, p. 1-217 (1894 [1975])

- LENIN, V.: “The tax in kind (the significance of the new policy and its conditions)”. In, LENIN, V. *Collected Works*. Moscow. Progress Publishers. v 32: 326-365, (1921 [1964])
- LIM, K.: ‘Socialism with Chinese characteristics’: Uneven development, variegated neoliberalization and the dialectical differentiation of state spatiality. *Progress in Human Geography*, V. 38 (2), p. 221–247, 2014.
- LOSURDO, D.: *Stalin: História crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- MAMIGONIAN, A. “Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignacio Rangel”. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). *O pensamento de Ignacio Rangel*. Florianópolis: Fundação Banco do Brasil – CNPq – PPGGUFSC, 1997.
- MAMIGONIAN, A. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX (visão marxista). *Ciência Geográfica*, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001
- MAMIGONIAN, A.: “A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng”. In, DEL ROIO, M.: (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Ícone, 2008.
- MARSHALL, A.: *The present position of economics* London: Macmillan and Co, 1885.
- MARX, K.: *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, (1891 [2012]).
- MARX, K; ENGELS, F.: *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, (1848 [1998]).
- MARX, K.: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular (1859 [2008])
- MEDEIROS, C.: “Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Padrões de desenvolvimento econômico: América Latina, Ásia e Rússia (1950-2008)*. Brasília: CGEE, 2013.
- NAUGHTON, B.: Is China socialist? *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, p. 3-24, 2017.
- NOGUEIRA, I.: Estado e capital em uma China com classes. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.
- PIKETTY, T; YANG, L.; ZUCMAN, G. Capital accumulation, private property and rising inequality in China. *NBER Working Paper*, n. 23368, Apr. 2017.
- RABELO, R.: A nova luta pelo Socialismo. *Fundação Maurício Grabois*. 26/09/2017. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/153888/2017-09-26/a-nova-luta-pelo-socialismo>. Acesso em 07/12/2017.
- RANGEL, I.: Dualidades e “escravismo colonial”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 3, p.79-92, Set. 1978.
- RANGEL, I.: “Dualidade Básica da Economia Brasileira”. In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, (1957 [2005]).
- RANGEL, I.: “O desenvolvimento econômico do Brasil”. In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, (1954 [2005]).
- RESCH, R.: *Althusser and the Renewal of Marxist Social Theory*. Los Angeles: University of California Press, 1992.
- ROBERTS, M.: China: three models of development. *Michael Roberts Blog*. Disponível em <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2015/09/china-paper-july-2015.pdf>. Acesso a 20/06/2018.
- ROBERTS, M.: Xi takes full control of China’s future. *Redline: Contemporary Marxist Analysis*, 26/10/2017. Disponível em <https://rdln.wordpress.com/2017/10/26/xi-jinping-thought-and-the-nature-of-china-today/>. Acesso em 11/11/2017.

ROSS, J.: Deng Xiaoping and John Maynard Keynes. *Soundings*. N. 46, p. 25-47, 2010.

SANTOS, M.: Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia – BPG*. N. 54, p. 81-99, 1977.

SERENI, E.: De Marx a Lênin: a categoria de “formação económico-social”. *Meridiano – Revista de Geografia*. N. 2, p. 248-346, 2013

SILVA, M.: A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. *Observatorio Geográfico de América Latina*. N. 11, p.1-7, 2012.

STÁLIN, J.: *Dialectical and Historical Materialism*. New York:Paperback, (1938 [2013]).